



Texto & Contexto Enfermagem

ISSN: 0104-0707

texto&contexto@nfr.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

Sena, Janaina; Cezar-Vaz, Marta Regina; Alves Bonow, Clarice; Pereira de Figueiredo, Paula;
Zavarese da Costa, Valdecir

UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA ATRAVÉS DAS RACIONALIDADES SOCIOAMBIENTAIS: UM
ENSAIO TEÓRICO DA FORMAÇÃO DO ENFERMEIRO

Texto & Contexto Enfermagem, vol. 19, núm. 3, julio-septiembre, 2010, pp. 570-577

Universidade Federal de Santa Catarina
Santa Catarina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71416099020>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA ATRAVÉS DAS RACIONALIDADES SOCIOAMBIENTAIS: UM ENSAIO TEÓRICO DA FORMAÇÃO DO ENFERMEIRO

Janaina Sena¹, Marta Regina Cezar-Vaz², Clarice Alves Bonow³, Paula Pereira de Figueiredo⁴, Valdecir Zavarese da Costa⁵

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Professora Assistente da Escola de Enfermagem da FURG. Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: sena-janaina@hotmail.com

² Doutora em Filosofia da Enfermagem. Professor Associado da Escola de Enfermagem da FURG. Orientadora do trabalho. Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: cazarvaz@vetorial.net

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da FURG. Professora da Escola de Enfermagem da FURG. Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: enfcla@yahoo.com.br

⁴ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da FURG. Professora Assistente da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus Uruguaiana. Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: paulapfigueiredo@yahoo.com.br

⁵ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da FURG. Professor Assistente da UNIPAMPA, campus Uruguaiana. Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: valdecircosta2005@yahoo.com.br

RESUMO: Neste texto tem-se como objetivo produzir um ensaio teórico-reflexivo acerca da inserção de uma prática pedagógica socioambiental permanente a ser desenvolvida na formação profissional do enfermeiro, tendo em vista a sua relevância para a construção de práticas de saúde mais condizentes com as necessidades socioambientais dos sujeitos. individuais e coletivos. Propõe-se um aporte teórico bibliográfico acerca de considerações envolvendo a relação saúde/ambiente, seguida pelo processo de formação em saúde/Enfermagem e a mudança curricular, além de uma reflexão propriamente dita a respeito da prática pedagógica socioambiental permanente na graduação em enfermagem. Como resultado, a racionalidade ambiental pode constituir-se em instrumento para uma prática pedagógica que possibilite reorientar as ações em saúde na enfermagem, bem como de articular os processos de ensino-aprendizagem às questões ambientais, buscando criar vínculos permanentes, com a finalidade de superar a perspectiva tradicional, para atingir um sistema singular de ensino: a formação crítico-reflexiva socioambiental.

DESCRIPTORES: Educação superior. Educação em enfermagem. Saúde ambiental.

A PEDAGOGICAL PRACTICE THROUGH SOCIAL-ENVIRONMENTAL RATIONALITIES: A THEORETICAL ESSAY ON NURSING FORMAL EDUCATION

ABSTRACT: The aim of this text is to produce a theoretical and reflective trial about inserting a permanent socio-environmental pedagogical practice to be developed in formal nursing training, in view of its relevance to the construction of health practices consistent with the social and environmental needs of individuals and groups. We propose theoretical bibliography concerning considerations involving between the health/environment relationship, followed by the formal education process in health care, and the nursing curriculum change. We also provide a reflection about the permanent socio-environmental pedagogical practice in nursing education. As a result, environmental rationality may constitute as a pedagogical instrument for a pedagogical practice that makes it possible to reorient health care and nursing actions, as well as to articulate the teaching and learning processes with environmental issues, seeking to establish permanent links with the aim of overcoming traditional perspectives to achieve a unique system of education: critical socio-reflexive.

DESCRIPTORS: University education. Nursing education. Environmental health.

UNA PRÁCTICA PEDAGÓGICA A TRAVÉS DE LA RACIONALIDAD SOCIAL Y AMBIENTAL: UN ENSAYO TEÓRICO SOBRE LA FORMACIÓN DEL ENFERMERO

RESUMEN: El objetivo del presente ensayo es realizar una reflexión teórica sobre la inserción de una práctica pedagógica social y ambiental permanente para ser desarrollada en la formación de los enfermeros, considerando su importancia para la construcción de prácticas de salud acordes con las necesidades sociales y ambientales de los individuos y grupos. Se propone una contribución teórica relativa a consideraciones acerca de la relación entre la salud y el medio ambiente, seguida del proceso de formación en salud/enfermería y del cambio curricular de la enfermería, además de una reflexión sobre la práctica pedagógica social y ambiental permanente en el pregrado de enfermería. Se concluye que la racionalidad ambiental puede constituirse en una herramienta para una práctica pedagógica que reoriente las acciones de salud en enfermería y para articular los procesos de enseñanza y aprendizaje con las cuestiones ambientales, tratando de establecer vínculos permanentes con el objetivo de superar la perspectiva tradicional para lograr un sistema educativo único: una formación crítica y reflexiva.

DESCRIPTORES: Educación superior. Educación en enfermería. Salud ambiental.

INTRODUÇÃO

No contexto da produção de saúde e qualidade de vida individual e coletiva, entende-se a visão socioambiental como uma alternativa a ser utilizada para a identificação de melhores caminhos na direção da sustentabilidade da vida, a partir de uma reflexão crítica sobre o que fazemos no cotidiano e da relação que mantemos com a natureza. Nessa perspectiva, compreende-se que uma prática pedagógica socioambiental pode produzir uma maior capacidade crítico-reflexiva por parte dos educandos, já que eles se apropriariam de novos conhecimentos para a atuação como profissionais enfermeiros, no trabalho com o indivíduo e com a coletividade, estando relacionada intrinsecamente à promoção da saúde.

Partindo-se da concepção do meio ambiente em sua totalidade e considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural,¹ verifica-se a necessidade de incluir a percepção socioambiental como prática pedagógica permanente nos cursos de graduação direcionados à área da saúde, com destaque para a Enfermagem, tendo em vista a estreita relação entre o saber ambiental e a determinação do processo saúde-doença. A geração desse saber questiona as práticas desenvolvidas e a relação que temos com a saúde e com a vida, tendo em vista que a degradação ambiental está diretamente associada à deterioração das condições sociais nas quais se produzem e propagam as novas epidemias e doenças de pobreza que estavam praticamente erradicadas. Para reverter o quadro apresentado é preciso que se situe o ser humano no centro das preocupações relacionadas ao desenvolvimento sustentável, requerendo-se um programa de formação de recursos humanos com novas orientações para capacitar o pessoal de serviços de saúde.²

Diante de tal cenário, um dos desafios a que a enfermagem vem se propondo enfrentar diz respeito à elaboração de projetos que tenham potencial para formarem profissionais comprometidos com a sociedade e com os problemas de saúde enfrentados por ela, numa perspectiva que articule a teoria e a prática e que possua uma visão crítica a respeito da realidade, visto que temos um contexto no qual os problemas de saúde estão se tornando cada vez mais complexos, e as intervenções na busca de sua resolução têm sido pautadas em uma concepção de saúde que prioriza o eixo biológico.³ Assim, as instituições de ensino vêm buscando a construção de novas propostas que

possam integrar os diversos aspectos dos problemas de saúde, considerando a complexidade do homem e do contexto no qual ele vive e trabalha, e buscando a construção de uma consciência crítica a respeito do mesmo contexto.

Logo, a busca pela implementação de uma mudança para adequar a formação profissional à diversidade e complexidade do mundo contemporâneo implica o enfrentamento de alguns desafios, tais como o afastamento das práticas de ensino centradas no educador em detrimento de atividades de aprendizagem centradas no educando; a superação do modelo disciplinar fragmentado e a construção de um currículo integrado em que o eixo da formação articule a tríade prática/trabalho/cuidado de enfermagem; a saída da oferta da teoria ministrada de forma isolada, antecedendo a prática, para a articulação teoria/prática; o abandono da concepção de saúde como ausência de doença na direção do entendimento de saúde enquanto condições de vida; o rompimento da polarização individual/coletivo e biológico/social para uma consideração de inter-penetração e transversalidade; a mudança da concepção de avaliação como processo punitivo para a de avaliação como instrumento de (re)definição de paradigmas.⁴

Apesar das mudanças curriculares, o modelo de formação profissional ainda apresenta foco em técnicas e práticas não-preventivas. Isso evidencia o distanciamento das estratégias de ações preventivas e de educação em saúde, reforçando as especializações fragmentárias e inviabilizando o uso adequado de recursos e o aproveitamento da qualificação profissional. Quanto à questão ambiental, concebida como fator de grande importância para o desenvolvimento humano, parece que na prática profissional não vem ocupando posição de tanta relevância em estudos que associem estratégias de promoção de saúde na relação entre homem-ambiente.

O contexto fragmentado do conhecimento, construído para alcançar melhores níveis de qualidade de vida, está desatualizado, e a integração de diferentes áreas do saber tornou-se uma necessidade para a manutenção do equilíbrio de processos vitais, num ambiente em transformação. O avanço está ao alcance dos interessados em contribuir para a formação de novos modelos assistenciais às populações, sendo importante uma flexibilização de conceitos e representações sociais, nas diversas áreas da construção de conhecimento.⁵

Nessa perspectiva, o presente texto, vinculado ao projeto de doutorado do Programa de

Pós-Graduação em Educação Ambiental – FURG, intitulado “A constituição da relação saúde/ambiente nos processos de formação do profissional enfermeiro: um estudo dos currículos da graduação em Enfermagem no estado do Rio Grande do Sul”, tem como objetivo produzir um ensaio teórico-reflexivo acerca da inserção de uma prática pedagógica socioambiental permanente a ser desenvolvida na formação profissional do enfermeiro, tendo em vista a sua relevância para a construção de práticas de saúde mais condizentes com as necessidades socioambientais dos sujeitos individuais e coletivos a quem são destinadas. Para tanto, propõe-se inicialmente uma revisão acerca de considerações envolvendo a relação saúde/ambiente seguida pelo processo de formação em saúde/enfermagem e a mudança curricular, além de uma reflexão propriamente dita a respeito da prática pedagógica socioambiental permanente na graduação em enfermagem, a ser desenvolvida norteadora pela seguinte questão: como a relação saúde/ambiente pode ser inserida na prática pedagógica permanente durante a formação do profissional enfermeiro?

CONSIDERAÇÕES QUANTO À RELAÇÃO SAÚDE/AMBIENTE

A questão ambiental envolve uma complexidade de relações que se estendem sobre a totalidade da vida social e a forma de como pensar essa totalidade. Tal percepção da realidade pressupõe uma inter-relação e uma interdependência essencial de todos os fenômenos, sendo eles físicos, biológicos, psicológicos, sociais e/ou culturais o que, por sua vez, inclui primordialmente a saúde. Do reconhecimento da mencionada interação entre os dois mundos, o social e o natural, através do trabalho, decorrem consequências da maior complexidade. Assim, embora aparentemente, a lógica da saúde pode parecer autônoma em si mesma, independente das ações dos seres humanos, trazendo em si a construção histórica dos indivíduos.⁶

Identificar a relação saúde/ambiente e intervir na mesma implica um saber ambiental, no qual o conceito de ambiente seja visualizado como um objeto complexo, integrador de diversos espaços, e cujas causas e objetivos não podem ser absorvidos num modelo global, por mais complexo, aberto e holístico que pretenda ser. O saber ambiental é concebido como um processo em construção, por envolver aspectos institucionais, tanto de nível acadêmico quanto

sociopolítico, e pressupõe a integração inter e transdisciplinar do conhecimento, para explicar o comportamento de sistemas socioambientais complexos e, também, problematizar o conhecimento fragmentado em disciplinas e a administração setorial do desenvolvimento. Tudo isso para construir um campo de conhecimentos teóricos e práticos orientado para a rearticulação das relações sociedade/natureza.²

Assim, o entendimento da saúde socioambiental, como um campo estruturado de práticas sociais, implica questionar as políticas de desenvolvimento para mudanças efetivas na saúde, a partir de práticas ambientais adequadas à sustentabilidade e à complementação às relações sociais, buscando uma convivência harmônica.⁷

Nesse sentido, o trabalho na saúde, como agente produtor de saúde, tendo como instrumento para o saber ambiental, requer assumir o ser humano como sujeito socioambiental e histórico. O trabalho em saúde, como um campo de práticas sociais, busca a aproximação entre as necessidades sociais e as possibilidades de seu trabalho, conduzindo aos princípios da racionalidade ambiental.⁶ O saber em questão vem sendo gerado através de processos ideológicos, que se expressam num campo discursivo disperso e heterogêneo (a preservação do ambiente e a sustentabilidade do desenvolvimento), mas que vai se demarcando e concretizando em torno de cada uma das ciências e das disciplinas constituídas.⁸

Sendo assim, aponta-se para a necessidade da inserção da temática ambiental na formação, possibilitando a discussão de algumas concepções de saúde e meio ambiente entre os docentes, para posterior discussão com os discentes. A discussão estaria embasada em programas que pudessem auxiliar nessa construção, avaliando o nível atual de execução dos padrões do ambiente e da ecologia nos meios de formação e também de métodos pedagógicos e das estratégias utilizadas e identificando os fatores positivos que incentivam a inclusão do saber socioambiental.⁹⁻¹⁰

Desse modo, as práticas relacionadas à perspectiva socioambiental, desde suas respectivas matrizes políticas e pedagógicas, produzem culturas ambientais, influenciando na maneira como a sociedade dispõe dos bens ambientais e imagina suas perspectivas de futuro.¹¹⁻¹² Logo, a saúde é definida como um universal concreto, uma estrutura de organizações que consiste na rede de relações de produção de componentes, cujo conteúdo é a produção de congruência interna e externa dos corpos.

Portanto, constitui um sistema enquanto unidade concreta, que transforma e faz desenvolver a rede de relações de produção de componentes, que se expressa nas formas biológicas do indivíduo e nas estruturas das ações coletivas.⁶

Assim, por entender a saúde como um conjunto de elementos sociais estruturantes, tem-se nesse contexto as questões socioambientais envolvidas, pois participam da rede de transformações que ocorrem na sociedade. Dentro de tal perspectiva evidencia-se a compreensão de ambiente como conjunto de inter-relações dos seres humanos entre si e deles com a natureza não humana, num contexto espaço-temporal mediado por saberes locais, tradicionais e científicos.¹³⁻¹⁴

Neste contexto, a relação saúde e ambiente torna-se um campo de atuação no qual a enfermagem pode exercer suas ações e onde é delimitado o seu fazer. Percebe-se o ambiente, então, como sendo um instrumento de trabalho da enfermagem, que determina a necessidade de apreender saberes relacionados às questões sócio-ambientais, a fim de auxiliar no trabalho desenvolvido.⁶

PROCESSO DE FORMAÇÃO EM SAÚDE/ ENFERMAGEM E MUDANÇA CURRICULAR

A educação superior tem como finalidade o estímulo à criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, destacando a formação de diplomados aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando para sua formação contínua.¹⁵ Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem (DCENF) têm como objeto a construção de um perfil acadêmico e profissional através de perspectivas e abordagens contemporâneas de formação, pertinentes aos referenciais nacionais e internacionais e compatíveis com eles, que possam fundamentar a formação do profissional crítico-reflexivo, transformador da realidade social e agente de mudança.

As DCENF expressam os conceitos originários dos movimentos por mudanças na educação em enfermagem, explicitando a necessidade do compromisso com princípios da Reforma Sanitária Brasileira e do Sistema Único de Saúde (SUS). Devem ser apreendidas como produto de uma construção social e histórica, trazendo, no seu conteúdo, os posicionamentos da enfermagem brasileira como ponto de partida para as mu-

danças necessárias à formação do enfermeiro. A implantação/implementação das DCENF implica um grande desafio: o de formar enfermeiros com competência técnica e política, como sujeitos sociais dotados de conhecimento, de percepção e sensibilidade para as questões da vida e da sociedade. A partir do desafio lançado, observa-se que os cursos vêm encontrando dificuldades na incorporação das propostas para incrementar as mudanças na formação dos futuros profissionais, estabelecidas pelas DCENF para o desenvolvimento das competências e das habilidades.¹⁶

Dentre as dificuldades encontradas, no entendimento dos discentes, a formação generalista compreende o recebimento de conhecimentos gerais e conceitos básicos, que abordam determinadas questões sob várias visões, com qualificação e o mínimo de conhecimentos para o exercício da profissão em qualquer espaço de atuação profissional. Na percepção dos docentes, o conhecimento necessário para atuação em diversos campos de trabalho sem uma especialidade traz a compreensão dos principais problemas que atingem a população a partir do perfil epidemiológico e pode ser desprovido de enfoque para áreas específicas.¹⁷

Já a formação crítico-reflexiva se refere à capacidade de analisar, discutir, diagnosticar necessidades da população, emitir opinião, agindo a partir de princípios e valores próprios. Assim, é possível traçar um paralelo entre a compreensão apontada e o perfil do profissional crítico e reflexivo, havendo uma concreta aproximação de conceitos referidos pelos discentes e docentes.¹⁷

Em vista disso há necessidade de transformações no que se refere à formação de profissionais da saúde, devendo o trabalho dos profissionais envolvidos se articular de modo interdisciplinar, voltando suas ações para um fazer que permita adequação entre os saberes e práticas, de forma a contribuir com a coletividade.

A formulação de novas propostas para a formação dos profissionais da área da saúde na perspectiva crítica para a transformação social – entre eles os enfermeiros –, vem sendo considerada como uma das demandas para que reorganizemos as práticas de saúde. A Educação não comporta mais uma formação baseada no volume de conteúdos, sendo isso pouco operacional e adequado. O que se acumula no começo da vida deve estar sendo constantemente atualizado e aprofundado, considerando que estamos vivendo um período no qual as mudanças ocorrem com grande velocidade.³

Dessa forma, as instituições de ensino vêm buscando a construção de novas propostas que possam integrar os diversos aspectos dos problemas de saúde, considerando a complexidade do homem e o contexto em que ele vive e trabalha, buscando a construção de uma consciência crítica a respeito do meio onde está inserido.

No enfrentamento aos desafios dados, as instituições de ensino vêm sendo instigadas a redirecionar a dinâmica de trabalho, tendo como paradigma as relações entre cultura, sociedade, saúde e educação. Nesse redirecionamento, deve-se pensar na construção coletiva, gerando envolvimento e comprometimento, vindo a favorecer a superação de resistências e possibilitando ainda a programação conjunta de ações que possam despertar para a formação de conceitos, delineamento de propostas e mudança ou reafirmação de paradigmas como condições para a construção da situação pretendida.¹⁸

Outro aspecto igualmente relevante na superação dos desafios da mudança diz respeito à necessidade de se estabelecer estratégias que indiquem o educando como sujeito do processo ensino/aprendizagem, a articulação teoria/prática, a diversificação dos cenários de aprendizagem, o uso de metodologias ativas, a flexibilidade na organização do curso, a interdisciplinaridade, a incorporação de atividades complementares relacionadas ao eixo fundamental do processo de formação e à avaliação formativa.¹⁸

O educando, sujeito do seu processo de formação, requer a predominância da formação sobre a informação, em que o ensino é direcionado para o desenvolvimento da capacidade de aprender a aprender; de articular conhecimentos, de desenvolver habilidades e atitudes. O sujeito em questão busca informações para resolução de problemas e para o enfrentamento de situações imprevisíveis; também demonstra capacidade de posicionar-se face aos desafios no trabalho, voltando-se para a realidade social.

Na busca da diversificação dos cenários existentes para o processo de ensino/aprendizagem, é necessária a participação de docentes, discentes e profissionais dos serviços nos vários campos do exercício profissional. Essa participação se apresenta na perspectiva de uma efetiva articulação que contribui não só para a formação profissional mas também para as mudanças na produção de serviços. O processo de formação de profissionais críticos, criativos, reflexivos, com comprometimento político e capazes de enfrentar os problemas complexos que se apresentam na

sociedade, pressupõe a utilização de metodologias ativas de ensino/aprendizagem, que possibilitem aos educandos ocuparem o lugar de sujeitos na construção da própria aprendizagem.

PRÁTICA PEDAGÓGICA SOCIOAMBIENTAL PERMANENTE NA GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

A formação do enfermeiro requer uma compreensão do ensino como um processo construído por docentes, discentes, profissionais do serviço e comunidade, que devem se mobilizar como sujeitos, possibilitando determinar as práticas de saúde e de educação.

Nessa construção, os sujeitos definem as estratégias que sustentam o modelo de ensino, a organização curricular, os conteúdos, os mecanismos de avaliação e os cenários de aprendizagem. Assumir a finalidade de formar para a integralidade do cuidado implica revisitar o pensar e o fazer pedagógico, revelando as concepções de educação que determinam a práxis educativa na enfermagem. Assim, é preciso construir, nos modelos de ensino dos profissionais de saúde, práticas pedagógicas que permitam a compreensão da integralidade como um pressuposto a ser construído durante toda a formação. Para tanto, a educação precisa ser também integral e interdisciplinar, com base em referenciais crítico-reflexivos, permitindo a aquisição de competências e habilidades que assegurem um agir voltado para o ser humano na sua subjetividade. É preciso considerar a realidade e fundamentar-se nela como geradora dos processos de mudança dos caminhos a serem percorridos e alterados. Tal compreensão implica a construção de um currículo que permita aos estudantes aprender, tendo como referência os problemas reais do seu contexto e da sociedade em geral.

No caso da educação na área de saúde, mais especificamente da enfermagem, a atuação deve considerar a realidade, objetivando a sua transformação pelos sujeitos que a constroem e vivenciam-na na rede progressiva de cuidados, constituída pelos serviços de saúde, sempre na perspectiva da integralidade dos sujeitos e da atenção. Atuar sobre a realidade concreta significa, também, entender o trabalho como princípio educativo.

Discussões em torno do tema sustentam-se na premissa de que o trabalho e a prática sobre problemas reais são elementos potenciais para se provocar mudanças. É importante ressaltar, mais uma vez, que a integralidade e a interdisciplina-

ridade devem ser observadas na configuração desse movimento em contínua transformação, conferindo-lhe sustentabilidade, o que possibilitaria compreender a orientação da formação do enfermeiro para a integralidade da atenção à saúde, direcionando o ensino para a construção de um sistema que tenha como princípio a integralidade do cuidado na saúde.¹⁹

A compreensão apresentada reforça a necessidade de refletir o cuidado em todas as suas dimensões na formação do enfermeiro. Portanto, pensando-se em alcançar uma nova perspectiva de prática pedagógica, o ensino por disciplinas apresenta limitações na capacitação do estudante em busca da integralidade, visto que as disciplinas isoladas não conseguem responder pela totalidade dos processos de adoecimento e de qualidade de saúde e vida, pelo fato de os mesmos processos envolverem, simultânea e concomitantemente, as relações sociais, bem como as expressões emocionais, afetivas e o aspecto biológico, as reflexões sócio-históricas e culturais dos indivíduos e da coletividade.

O entendimento proposto aponta para a implementação de um processo de ensino-aprendizagem que possibilite ao discente refletir acerca da realidade vivenciada, o que configura uma visão mais ampliada de práticas de saúde, estando elas mais afinadas com as necessidades socioambientais dos sujeitos individuais e coletivos a que se destinam. Os processos voltados para a construção de conhecimentos específicos, como na enfermagem, devem ser capazes de conduzir o sujeito para um movimento dinâmico e permanente de construção e reconstrução do conhecimento, de aquisição de habilidades e de atitudes que proporcionem atuar adequadamente como profissional da área da saúde.

Dentro da perspectiva de mudança que se apresenta, tem-se discutido cada vez mais a importância da formação de profissionais de saúde como forma de modificação das práticas e de assistência. A questão também se encontra relacionada a situações culturais de nossa sociedade, havendo uma influência recíproca entre a formação e o contexto em que as práticas em saúde se realizam. Sob tal ângulo, algumas ações têm sido implementadas a partir da reforma dos sistemas de saúde, com a mudança de enfoque das práticas assistenciais, levando em conta as ações relacionadas à promoção em saúde, em contraposição a práticas meramente curativas, em geral desenvolvidas em contextos especializados.²⁰

Partindo-se dos pressupostos elencados, é sugerido o desenvolvimento, por parte das Instituições de Educação Superior (IES), na graduação em enfermagem, de programas de ensino que viabilizem a interação ativa do estudante com a população e com os profissionais de saúde desde o início do processo de formação, tendo como eixo transversal a prática pedagógica socioambiental permanente, com o objetivo de proporcionar ao estudante a oportunidade de trabalhar com problemas reais, assumindo responsabilidades crescentes como agente prestador de cuidados compatíveis com seu grau de autonomia.²¹

Assim, na perspectiva observada, pensa-se no saber ambiental, permeado das racionalidades destacadas por Leff,^{2,8,22} torna-se possível observar a relação saúde/ambiente, bem como sua relação com a educação. Nesse sentido temos a racionalidade como um sistema no qual se cultivam valores, normas e ações que relacionam meios e fins, permitindo uma análise de um conjunto de processos sociais que possibilitam a construção de uma teoria da produção e da organização social.

O autor traz duas racionalidades/raciocínios: a econômica ou tecnológica e a ambiental, que se confrontam e assumem uma espécie de poder cognitivo condicionante da dinâmica global. A primeira caracteriza-se por sua capacidade de destruição, de degradação dos ecossistemas e da maioria da população, enquanto a segunda, por sua complexidade, por suas inter-relações sistêmicas, científicas, econômicas, sociais e políticas.

Afirma ainda que as contradições entre racionalidade ecológica e capitalista se dão por meio de um confronto de diferentes valores e potenciais, arraigados em esferas institucionais e em paradigmas de conhecimento, por meio de processos de legitimação com que se defrontam diferentes classes, grupos e atores sociais. A racionalidade ambiental não é a expressão de uma lógica, mas o efeito de um conjunto de interesses e de práticas sociais que articulam ordens materiais diversas as quais dão sentido e organizam processos sociais através de certas regras, meios e fins socialmente construídos.

A racionalidade ambiental é apresentada como social e só se constrói desconstruindo a racionalidade ora dominante em todas as ordens da vida social, de forma a possibilitar estratégias de desenvolvimento com bases na equidade humana e sustentabilidade do ambiente natural e social. Essa racionalidade é considerada como “um conjunto de interesses e práticas sociais”^{8:34-35} voltados

para a organização da estrutura social, por meio de regras construídas. É alicerçada “numa inter-relação permanente de teoria e práxis”^{8:34-35}.

A categoria em foco é elaborada mediante a articulação de quatro esferas de racionalidade: substantiva, teórica, instrumental e cultural. A racionalidade substantiva como um sistema axiológico que define valores e objetivos orientadores das ações sociais; a racionalidade teórica, que sistematiza os valores da racionalidade substantiva, articulando-os com os processos ecológicos, culturais, tecnológicos, políticos e econômicos; a racionalidade instrumental, que cria vínculos técnicos, funcionais e operacionais entre objetivos sociais e as bases materiais do desenvolvimento sustentável; e a racionalidade cultural, entendida como um sistema singular e diverso de significações que não se submetem aos valores homogêneos nem à lógica ambiental geral.²

O processo de articulação de esferas de racionalidade vai legitimando a tomada de decisões, conferindo funcionalidade à racionalidade ambiental. Sendo assim, nas práticas de apropriação e transformação da natureza, se confrontam e amalgamam diferentes racionalidades: a do tipo capitalista de uso dos recursos; a ecológica das práticas produtivas e a dos estilos étnicos de uso da natureza.

A desconstrução da racionalidade capitalista, segundo o autor, requer a construção de outra racionalidade social, na qual o paradigma ambiental projeta seus juízos éticos, e, nessa construção, é que se forma o saber ambiental, que transpassa as ciências ambientais e abre-se para o terreno dos valores éticos, dos conhecimentos práticos e dos saberes tradicionais. Emerge do espaço de exclusão gerado no desenvolvimento das ciências, centradas em seus objetos de conhecimento, e que produz o desconhecimento de processos complexos que escapam à explicação das disciplinas tradicionais.

Por meio do foco observado, o saber ambiental questiona a racionalidade científica na qual se tecem as práticas profissionais, levando o entendimento dos fenômenos da saúde e doença, a partir do saber clínico como saber tecnológico dominante no trabalho em saúde, mas, subsumido à interdisciplinaridade na composição com outros saberes,⁶ a uma “nova epistemologia, na qual os processos vitais e os fenômenos da consciência são interdependentes, onde os processos de significação cultural estão relacionados com a saúde e a qualidade de vida da população”^{2:312}.

Assim, a racionalidade ambiental pode constituir-se em instrumento para uma prática pedagó-

gica na perspectiva da construção de um sistema definido por novos valores, com possibilidade de reorientar as ações em saúde na enfermagem, bem como de articular os processos de ensino-aprendizagem às questões ambientais. Essa instrumentalização busca criar vínculos permanentes, com a finalidade de superar a perspectiva tradicional para atingir um sistema singular de ensino: a formação crítico-reflexiva socioambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção de uma prática pedagógica socioambiental permanente na formação profissional do enfermeiro precisa de práticas de saúde mais condizentes com as necessidades socioambientais dos sujeitos individuais e coletivos a quem são destinadas para que possa vir a se efetivar. Sendo assim, tem-se a necessidade da inserção da temática ambiental na formação, possibilitando a discussão de algumas concepções de saúde e meio ambiente entre os docentes para posterior discussão com os discentes.

Reitera-se que por entender a saúde como um conjunto de elementos sociais estruturantes, aparecem nesse contexto as questões socioambientais envolvidas, pois participam da rede de transformações que ocorrem na sociedade. E, neste contexto, a relação saúde e ambiente torna-se um campo de atuação no qual a enfermagem pode exercer suas ações e onde é delimitado o seu fazer. Percebe-se o ambiente, então, como sendo um instrumento de trabalho da enfermagem, que determina a necessidade de apreender saberes relacionados às questões socioambientais. Em vista disso há necessidade de transformações no que se refere à formação de profissionais da saúde, devendo o trabalho dos profissionais envolvidos se articular de modo interdisciplinar, voltando suas ações para um fazer que permita adequação entre os saberes e práticas, de forma a contribuir com a coletividade.

Assim, atuar sobre a realidade concreta significa, também, entender o trabalho como princípio educativo e, como a racionalidade ambiental é apresentada como social e só se constrói desconstruindo a racionalidade ora dominante em todas as ordens da sociedade vida social, sendo alicerçada entre teoria e práxis pode constituir-se em instrumento para uma prática pedagógica na perspectiva da construção de um sistema definido por novos valores, com possibilidade de reorientar as ações em saúde na enfermagem, bem como de articular os processos de ensino-aprendizagem às questões ambientais.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Lei N 9.795, de 27 de abril de 1999: dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 28 Abr 1999.
2. Leff E. Saber ambiental. Petrópolis (RJ): Vozes; 2001.
3. Chirelli MQ. O processo de formação do enfermeiro crítico-reflexivo na visão dos alunos do curso de enfermagem da FAMEMA. [tese]. Ribeirão Preto (SP): Universidade de São Paulo, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto; 2002.
4. Fernandes JD, Ferreira SLA, Olívia DSR, Santos MP, Costa HOG. Diretrizes estratégicas para a implantação de uma nova proposta pedagógica na Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. Rev Bras Enfermagem 2003 Dez; 56 (4):392-5.
5. Porto MFS. Entre a saúde e a vulnerabilidade: em busca de uma abordagem ecossocial em problemas de saúde e ambiente In: Porto MFS, Freitas CM, organizador. Problemas ambientais e vulnerabilidade: abordagens integradoras para o campo da Saúde Pública. Rio de Janeiro (RJ): Fiocruz; 2002. p. 125-34.
6. Cezar-Vaz MR, Soares MCF, Martins SR, Sena J, Santos LR, Rubira LT, et al. Saber ambiental - instrumento interdisciplinar para a produção de saúde. Texto Contexto Enferm. 2005 Jul-Set; 14(4):391-7.
7. Matumoto S, Mishima SM, Pinto IC. Saúde coletiva: um desafio para a enfermagem. Cad. Saúde Pública. 2001 Jan-Fev; 17(1):233-41.
8. Leff E. Epistemologia ambiental. São Paulo (SP): Cortez Editora; 2000.
9. Mastrilli T. Environmental education in Pennsylvania's elementary teacher preparation programs: the fight to legitimize EE. New England J Environ Educ. 2005 Sep.
10. Armstrong HG. Environmental education in Tobago's primary schools: a case study of coral reef education. Rev Biol Trop. 2005 May; 53(supl.1):229-38.
11. Carvalho ICM. A educação ambiental e a constituição de uma pedagogia cultural. Jornal a Página da Educação. 2004 Mai; 13(134):29.
12. Devall B, Sessions G. A Educação ambiental - o problema dos problemas! Ecologia profunda - dar prioridade à natureza na nossa vida. Águas Santas (PT): Edições Sempre em Pé; 2004.
13. Carneiro SMM. A dimensão ambiental da educação escolar de 1ª. a 4ª. séries do ensino fundamental na rede escolar pública da cidade de Paranaguá [tese]. Curitiba (PR): Universidade Federal do Paraná, Curso de Doutorado em meio ambiente e desenvolvimento; 1999.
14. Carvalho ICM. Educação ambiental crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: Layrargues PP, coordenador. Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília (DF): Ministério do Meio Ambiente; 2004. p. 13-24.
15. Brasil. Lei N 9.394, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 23 Dez 1996.
16. Xavier I, Fernandes JD, Ceribelli MI. Diretrizes curriculares: articulação do texto e contexto. Boletim Informativo Associação Brasileira de Enfermagem. 2002; 44(2):6-7.
17. Silva RPG, Rodrigues RM. Mudança curricular: desafio de um curso de graduação em enfermagem. Rev Bras Enfermagem. 2008 Mar-Abr; 61(2):233-8.
18. Fernandes JD, Xavier IM, Ceribelli MIPF, Bianco MHC, Maeda D, Rodrigues MVC. Diretrizes curriculares e estratégias para implantação de uma nova proposta pedagógica. Rev Esc Enferm USP. 2005; 39(4):443-9.
19. Silva KL, Sena RR. A formação do enfermeiro: construindo a integralidade do cuidado. Rev Bras Enfermagem. 2006 Jul-Ago; 59(4):488-91.
20. Ronzani TM. A reforma curricular nos cursos de saúde: qual o papel das crenças? Rev Bras Educ. Med. 2007 Jan-Abr; 31(1):38-43.
21. Ministério da Saúde, Ministério da Educação (BR). Pró-saúde: Programa nacional de reorientação da formação profissional em saúde. Brasília (DF): MS; 2005.
22. Leff E. A Complexidade ambiental. São Paulo (SP): Cortez Editora; 2003.